

Entrevista com Bento Albuquerque: 'Os incentivos recebidos já foram suficientes' (1)

Manoel Ventura

No dia em que o governo editou uma medida provisória (MP) para segurar os aumentos das contas de luz, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, defendeu a decisão do governo de acabar com subsídios a usinas de geração de energias renováveis, como parques eólicos e solares.

Esses subsídios são concedidos por meio de desconto nas tarifas cobradas pelo uso de sistemas elétricos de transmissão e distribuição e acabam bancados pelos demais consumidores. Em entrevista ao GLOBO, Albuquerque evitou cravar percentuais de redução nas contas, mas disse que a MP vai evitar uma alta anual de R\$ 500 milhões em encargos que pressionam as tarifas.

O governo editou hoje (quarta-feira) uma MP prometendo impactos positivos nas contas de luz. Qual o efeito dessa MP?

Ela é um complemento da MP 950, que ficou conhecida como Conta-covid e foi focada no ano de 2020. Primeiro, atacamos o problema da liquidez, da inadimplência em 2020. E tínhamos que nos preocupar com os anos subsequentes, para que essa conta não viesse para o consumidor e levasse a um aumento de inadimplência, uma desestabilização. Adotamos medidas que atendem a todos os consumidores brasileiros, diminuindo os encargos nas tarifas, o que vai permitir que, nos próximos quatro anos, nós tenhamos um setor equilibrado. Com novas medidas, a tendência é que o custo da energia seja reduzido.

É possível falar em percentual de redução na tarifa?

Sim. O impacto tarifário é principalmente para os consumidores da Região Norte. Nos estados de Rondônia, Roraima, Acre, Amapá e Amazonas, será entre 5% e 15%, em 2020.

E para os consumidores brasileiros como um todo?

Vários encargos que estavam na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), com crescimento da ordem de R\$ 400 milhões a R\$ 500 milhões por ano, não ocorrerão no futuro. E isso é importante. Se você vai crescendo R\$ 500 milhões por ano, esse impacto na tarifa vai ser cada ano maior. Isso nós estamos eliminando. Quando cresce, fica por 20 anos pagando essa conta. Então isso foi um avanço. Trabalhamos para que os reajustes que venham a ocorrer sejam bem assimilados pelos consumidores.

Não é uma interferência no setor?

Nós não estamos determinando valores. Estamos alocando melhor os recursos, em benefício da tarifa para o consumidor. Não estamos dizendo que o megawatt vai custar

tanto. Estamos alocando custos. A CDE vai deixar de crescer R\$ 500 milhões por ano. A preocupação também é não transferir a conta para depois. Vamos chegar em 2025 com o sistema equilibrado.

A MP retira subsídios das fontes renováveis. Como justificar essa medida?

A nossa matriz energética é uma das mais renováveis do mundo e continuará sendo. O crescimento das fontes renováveis nos últimos dez anos no Brasil foi muito expressivo. E nosso planejamento decenal já aponta que essas fontes vão ocupar 25% da nossa matriz.

Subsídio é para incentivar, e acreditamos que os incentivos que essas fontes receberam foram já suficientes para o desenvolvimento e a sustentabilidade da participação delas na matriz. Os subsídios fizeram o custo cair.

Não estamos abrindo mão da energia renovável, muito pelo contrário. E o presidente Jair Bolsonaro adotou medidas que compensam esses subsídios, que é a isenção para importação de equipamentos de energia solar e as debêntures verdes, que têm condições especiais. Esse é um subsídio muito mais republicano do que um subsídio propriamente dito. Hoje, esse subsídio acaba onerando o consumidor.

Vamos ter um período de transição de 12 meses, respeitando os contratos vigentes e os que vierem a se concretizar em 12 meses. E, ao final desse período, teremos outras medidas compensatórias.

A MP também fala de Angra 3. Qual a expectativa para a retomada das obras?

O BNDES está terminando a modelagem, o que vai ocorrer até o fim do ano. A partir do início de 2021, a Eletronuclear poderá escolher o seu parceiro, o “epecista” (empreiteiro, de EPC), para concluir a obra. A Eletronuclear está recebendo aportes que vão permitir ter o recurso necessário para financiar a conclusão de Angra 3. Esses recursos serão adquiridos no mercado.

Não vai haver parceiro para a Eletronuclear?

Não. A Eletronuclear vai contratar um “epecista” para terminar a obra. Ela receberá um aporte de R\$ 4 bilhões da União, que vai permitir buscar um financiamento para a conclusão da obra. A nossa previsão é início das operações em 2026.

Há previsão de queda no custo do gás, após o projeto aprovado pela Câmara?

Não há dúvida em relação a isso. Só com o início do desinvestimento da Petrobras e o surgimento de novos agentes no setor, seja na comercialização, seja no transporte do gás natural, já há perspectivas de redução, que variam de 10% a 35% no preço da molécula nos novos contratos. Isso é fruto da abertura do mercado.

O restante da cadeia vai continuar tendo redução de preço. De quanto? Fala-se em 40% a 50%...

Isso é uma expectativa. Evidentemente bastante positiva, mas é muito difícil atestar que vai ser um determinado valor, porque não sabemos o que pode acontecer amanhã, em termos do preço do insumo, da commodity. É um somatório, várias circunstâncias que vão, no final, especificar a molécula.

O Senado aprovou um projeto que cria um fundo para construção de gasodutos com recursos do pré-sal. Qual a posição do governo?

É para vetar. Foi negociado com o Senado Federal, durante a tramitação do projeto de lei, que esse artigo seria vetado. Os gasodutos são importantes, mas, na forma como lá está colocado, você tira recursos do Fundo Social do pré-sal, que são basicamente para educação e saúde, para viabilizar esse tipo de empreendimento, que ainda não se tem certeza da viabilidade econômica. Então, vai ser vetado.

E nós entendemos que, com essa abertura do mercado, viabilizamos outros gasodutos de transporte pela iniciativa privada. No gás natural, o mais importante agora é criarmos a demanda, a viabilidade econômica. Aí, toda essa rede de gasodutos e de distribuição virá naturalmente pela mão do mercado.

O governo mudou a estratégia para aprovar a privatização da Eletrobras, começando pelo Senado?

Vai haver mudanças no projeto de lei que encaminhamos no ano passado. Temos trabalhado com o Congresso, tanto com a Câmara quanto com o Senado, e recebemos diversas contribuições. Particularmente, não estamos trabalhando com a perspectiva de que esse projeto poderia ter origem no Senado. Mas isso não quer dizer que ele não venha a ocorrer. O mais importante é o trabalho em cima da ideia da capitalização da Eletrobras.

Há um desejo do ministro da Economia, Paulo Guedes, de privatizar a PPSA. Isso seria uma antecipação de receitas?

A PPSA não é privatizável. Ela não tem ativos, é uma gestora de contratos, o que é feito por 55 funcionários. Agora, no que diz respeito à antecipação de receitas, há estudos nesse sentido que estão em andamento, mas ainda não são conclusivos. Não existe essa questão da privatização da PPSA.

(1) Artigo publicado no jornal O globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/os-incentivos-recebidos-ja-foram-suficientes-diz-bento-albuquerque-sobre-energia-renovavel-1-24621093>. Acesso em 03 de setembro de 2020.

